

“Eu cuido do interesse nacional”

GAZETA MERCANTIL

19 FEV 1995

por Cláudia Safatle de Brasília

Ao enviar ao Congresso Nacional, ontem, o primeiro lote de cinco emendas à Constituição — que impõem o esquema de monopólio do petróleo, das telecomunicações, da mineração, do gás canalizado e da cabotagem, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, delimitou as margens da reforma: “Elas não são emendas tímidas. Têm a audácia que o momento requer e estão respaldadas pela opinião pública e pelos partidos que me apóiam (...). Nesse conjunto de medidas consta, também, a alteração no conceito de empresa nacional, que passa a ser de empresas com sede no País e regidas pela legislação brasileira”.

Pela manhã, o presidente fez um pronunciamento de 35 minutos, que antecedeu a entrevista coletiva. Nele, Fernando Henrique disse: “Nós estamos aqui, levando ao limite o que se chama de flexibilização dos monopó-



Fernando Henrique Cardoso

lios (ver matéria ao lado). A Petrobrás é uma das maiores empresas do mundo e não tem o que temer”. Sobre o setor de telefonia, deixou claro: “Eu não posso tornar passível de exploração pelo capital privado o setor de telefonia (...) eu não posso, me perdoem a expressão, entregar o filé mignon para o setor privado e deixar o Estado apenas com os ossos”.

Na próxima semana seguirão para o Congresso as matérias relativas à Previdência Social e, depois do carnaval, será a vez das emendas ao capítulo tributário, reforma administrativa e “alguns aspectos da reforma financeira”, adiantou o presidente.

Das vinte perguntas a que respondeu, na primeira coletiva depois de empossado presidente, Fernando Henrique foi duro pelo menos em dois momentos. Perguntado, por um jornalista da Reuters, sobre a decepção e queixa dos investidores internacionais, diante das reformas e da não privatização da Telebrás e da Petrobrás, respondeu: “Não são queixas, são interesses. Eles cuidam do interesse deles. Eu tenho que cuidar do interesse nacional. A definição do que se privatiza e em que momento é uma questão de interesse nacional, e espero que os investidores estrangeiros compreendam isso. E ao invés de se queixarem ponham seu dinheiro aqui. O setor elétrico precisa de investimentos de US\$ 5 bilhões ao ano. Tem muita coisa boa aqui. Eu é que estou decepcionado com a falta de recursos. Que venham logo.

Irritou-se, também, com a indagação de um jornalista,

da Folha de S. Paulo, sobre o que faria se recebesse, mensalmente, um salário mínimo. “Faria o mesmo que você. Essa pergunta é demagógica (...) Por isso temos que fazer as reformas. Por isso é que temos que ser sérios, e não engracadinhos.”

O presidente informou que enviará ao Congresso, junto com um pacote de medidas infraconstitucionais de melhoria das receitas da Previdência Social, uma proposta de aumento real do salário mínimo, cujo valor, de R\$ 70,00, considerou “insuportável, inaceitável, uma vergonha”. Antes de assinar um aumento, contudo, “quero ver os números para não enganar nem aos aposentados, nem aos trabalhadores, nem a ninguém”.

O roteiro anunciado das reformas não esgota a agenda que o presidente quer cumprir. “A reforma política é muito importante (...) que cabe ao espaço do Legislativo”, o que não significa que ele irá omitir-se.

(Continua na página 5)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Eu cuido do interesse nacional

por Cláudia Safatle de Brasília (Continuação da 1ª página)

lembrou inclusive que apresentou no Congresso, quando senador, emenda de mudança do sistema eleitoral, tornando-o proporcional com veto distrital misto. Mencionou também a necessidade de reformas no Judiciário, que serão elaboradas junto com esse poder.

Fernando Henrique sabe que os “lobbies” contra as reformas propostas vão mobilizar-se. “Esse bicho papão”, como qualificou, não o assusta. Disse que também não o preocupam medidas impopulares. Se necessárias, para manter a estabilidade do real, elas serão tomadas. Se precisar recuar, em algum momento — como fez com as alíquotas de importações de automóveis, não vacilará. “Nas batalhas, quem não recua perde.”

Para enfrentar as resistências às mudanças, o presidente da República transformou a máxima que diz que “política é a arte do possível”, em outra versão: “Política é a arte de tornar possível o necessário”.

As reformas da Constituição são imprescindíveis para a consolidação da estabilidade econômica. “Sem elas dificilmente eu poderia dizer que o caminho para a estabilidade está desimpedido (...), que nós teremos condições de acabar com o clientelismo e limitar o cor-

porativismo à sua área legítima (...), que o crescimento que agora se verifica será sustentável.”

Durante a entrevista, o presidente respondeu a uma série de perguntas sobre assuntos diversos. Sobre as críticas que ele estaria recebendo de um dos seus aliados, o senador Antônio Carlos Magalhães, disse: “Ele não fez críticas. Ele falou sobre o veto (ao salário mínimo) que foi o que em acabei de dizer, que alguma coisa precisa ser feita”. Acrescentou ainda: “Se ele fosse ministro não poderia dizer, mas ele é senador e tem a opinião dele (...) vamos respeitar o estilo de cada um (...) Até o Lula cobrou de mim que eu não reajo ao Antônio Carlos Magalhães. Eu não sabia... vou chamar o Lula para ser meu assessor”, disse, em tom de blague.

Comentou também a disposição do governo brasileiro em participar da ajuda financeira ao México, já anunciada, mas não operacionalizada. “O Brasil não está dificultando nada. Essa é uma negociação a nível internacional”, disse, justificando a demora. “Houve muita incompreensão nisso. Houve até pesquisa para saber se se deve ou não emprestar ao México”, enquanto se trata de uma operação de empréstimo e não de “uma dádiva” e ao tomar essa decisão o Brasil está pensando inclusive “nele próprio”.

19 FEV 1995

GAZETA MERCANTIL